



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 3ª VARA DO TRABALHO DE SAPIRANGA EM 30.08.2016

Aos 30 dias do mês de agosto de 2016, compareceu à sede da 3ª Vara do Trabalho de Sapiiranga o Excelentíssimo Senhor MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO, Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhado das servidoras Andrea Koliver, Maria Eneida Giordani e Lais Pagnoncelli Stammel, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0004099-21.2016.5.04.0000. O Desembargador Corregedor e a sua equipe foram recebidos pela Juíza Titular Adriana Freires, pelo Diretor de Secretaria Wilson Delmar Korzekwa e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 08.10.1993

Data da última correição realizada: 13.08.2015

Data de Implantação do PJe: 18.08.2014

Jurisdição: Aricá, Campo Bom, Nova Hartz, Sapiiranga

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2015 a 30.08.2016

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1. JUÍZES

2.1.1 Juizes Atuais

Juiz (a)	Situação	Período
Adriana Freires	Juíza Titular	Desde 21.11.2013
Carlos Ernesto Maranhão Busatto	Juiz Substituto lotado	Desde 18.07.2016

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 26.08.2016)

2.1.2 Circunscrição

Nos termos da Portaria nº 04/2016, da Corregedoria Regional deste TRT, a 3ª Vara do Trabalho de Sapiiranga pertence à 63ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Desde 18 de julho de 2016, instituída a modalidade de lotação plúrima em Sapiiranga, o Juiz do Trabalho



Substituto Carlos Ernesto Maranhão Busatto está lotado na 63ª Circunscrição – 1ª, 2ª e 3ª Varas do Trabalho de Sapiroanga. Está desconvidado pela Corregedoria desde 28 de março de 2016 para proferir sentenças de outros Magistrados.

2.1.3 Juizes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1	Adriana Freires	Desde 21.11.2013	Juíza Titular	02 anos, 09 meses e 10 dias
2	Bárbara Fagundes (Juíza do Trabalho Substituta)	06.02 a 21.02.2015	Atuou em razão de férias da Juíza Titular	16 dias
3	Carlos Ernesto Maranhão Busatto	Desde 18.07.2016	Juiz Substituto Lotado	01 mês e 13 dias
		05.03.2015	Atuou em razão do do afastamento da Juíza Titular – PA 0001180-93.2015.5.04.0000	01 dia
		12.03 a 14.07.2015	Atuou como Juiz Auxiliar (regime de Juiz Auxiliar compartilhado)	04 meses e 03 dias
		31.08 a 06.09.2015	Atuou como Juiz Auxiliar	07 dias
		19.10 a 25.10.2015	Atuou como Juiz Auxiliar	07 dias
		09.11 a 15.11.2015	Atuou como Juiz Auxiliar	07 dias
		17.11.2015	Atuou como Juiz Auxiliar	01 dia
		19.11 a 24.11.2015	Atuou em razão de férias da Juíza Titular	06 dias
4	Adriana Ledur (Juíza do Trabalho Substituta)	08.06 a 05.07.2015	Atuou em razão de férias da Juíza Titular	28 dias
		14.04 a 22.04.2016	Atuou em razão de afastamento da Juíza Titular – PA 0001511-41.2016.5.04.0000.	09 dias
5	Charles Lopes Kuhn (Juiz do Trabalho Substituto)	28.09 a 04.10.2015	Atuou como Juiz Auxiliar	07 dias
		26.10 a 18.11.2015	Atuou em razão de férias da Juíza Titular	24 dias
		16.05 a 14.06.2016	Atuou em razão de férias da Juíza Titular	30 dias
6	Marina dos Santos Ribeiro (Juíza do Trabalho Substituta)	21.03 a 27.03.2016	Atuou como Juíza Auxiliar	07 dias



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

7	Patrícia Zeilmann Costa (Juíza do Trabalho Substituta)	07.04.2016 (turno da tarde)	Atuou como Juíza Auxiliar	01 dia
8	Eduardo Batista Vargas (Juiz do Trabalho Substituto)	07.04.2016 (turno da manhã)	Atuou como Juiz Auxiliar	01 dia
9	Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo (Juíza do Trabalho Substituta)	02.05 a 08.05.2016	Atuou como Juíza Auxiliar	07 dias
10	Edenir Barbosa Domingos (Juiz do Trabalho Substituto)	18.07 a 11.08.2016	Atuou em razão do Juiz Substituto lotado estar desconvidado pela Corregedoria para proferir decisão em processos de outros Magistrados	25 dias
		12.08 e 13.08.2016	Atuou em razão de afastamento da Juíza Titular – PA 0004756-60.2016.5.04.0000;	02 dias
		14.08 a 16.08.2016	Atuou em razão do Juiz Substituto lotado estar desconvidado pela Corregedoria para proferir decisão em processos de outros Magistrados	03 dias
		17.08 a 18.09.2016	Atuou em razão do Juiz Substituto lotado estar desconvidado pela Corregedoria para proferir decisão em processos de outros Magistrados	02 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 26.08.2016)

2.1.4 Afastamentos dos Juízes Lotados durante o Período Correcionado

Juiz (a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Titular	06.01 a 21.02.2015	Férias	16 dias
	05.03 a 08.03.2015	Afastamento PA 0001180-93.2015.5.04.0000	04 dias
	08.06 a 05.07.2015	Férias	28 dias
	26.10 a 24.11.2015	Férias	30 dias
	03.03 a 06.03.2016	Afastamento PA 0001049-84.2016.5.04.0000	04 dias



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

		14.04 a 22.04.2016	Afastamento PA 0001511- 41.2016.5.04.0000	09 dias
		16.05 a 14.06.2016	Férias	30 dias
	Adriana Freires	12.08 e 13.08.2016	Afastamento PA 0004756- 60.2016.5.04.0000	02. dias
Substituto Lotado	Carlos Ernesto Maranhão Busatto *Somente considerados os afastamentos após instituído o regime de lotação plúrima	18.07 a 12.09.2016	Desconvocado pela Corregedoria para proferir sentenças de outros Magistrados	57 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 26.08.2016)

2.2.SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados

Servidores lotados na 3ª Vara do Trabalho de Sapiroanga				
	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Wilson Delmar Korzekwa	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Diretor(a) de Secretaria (CJ3)	29.01.2014
2	Ney Alberto Martinbianco Junior	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Juiz Titular (FC05)	10.12.2013
3	Gustavo Machado Nesi	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)	03.08.2009
4	Lauro Sidinei Cardoso Silveira	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Secretário(a) de Audiência (FC03)	12.09.2014
5	Joao Alberto Prestes Baptista	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	10.06.2008
6	Luiz Paulo da Silva	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente (FC02)	03.04.2012
7	Rafael Fabri de Carvalho	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente (FC02)	17.01.2012
8	Jorge Tadeu Bandeira Nunes	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	30.10.2013



9	Marli Roque Ferreira	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	08.05.2014
10	Miriam Carvalho Camargo	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	30.07.2009
11	Paula Facchini	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	25.08.2014
12	Raquel de Castro	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	20.01.2012

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 18.08.2016)

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2013, 2014 e 2015)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1.379,33 processos	1.001 a 1.500	12 servidores	11 a 12 servidores

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau. Consideradas as alterações realizadas posteriormente pelas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, e, visando o cumprimento da Meta Nacional nº 3 do Conselho Nacional de Justiça para o exercício de 2014, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região adotou os seguintes critérios para definição da lotação mínima das unidades judiciárias de 1º grau: a) quando a movimentação processual se situar na metade inferior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite inferior e b) quando a movimentação processual se situar na metade superior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite superior. A Administração estabeleceu como diretriz a utilização do número máximo de servidores previsto na Resolução CSJT 63/2010, sempre que possível, para cada faixa de movimentação processual das Varas do Trabalho.

Com base no exposto, o número atual de servidores da 3ª Vara do Trabalho de Sapiranga está de acordo com os parâmetros previsto nas referidas normas.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
Wilson Delmar Korzekwa	Curso ou Evento (CURS)	04	18
	Curso Parcial	01	
	Falecimento de Pessoa da Família (FALC)	08	



	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	01	
	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições (TREF)	04	
Ney Alberto Martinbianco Junior	Curso ou Evento (CURS)	06	06
Gustavo Machado Nesi	Curso ou Evento (CURS)	04	04
Lauro Sidinei Cardoso Silveira	Curso ou Evento (CURS)	02	02
Joao Alberto Prestes Baptista	Curso ou Evento (CURS)	01	01
Luiz Paulo da Silva	Curso ou Evento (CURS)	05	05
Rafael Fabri de Carvalho	Curso ou Evento (CURS)	02	02
Jorge Tadeu Bandeira Nunes	Curso ou Evento (CURS)	02	02
Marli Roque Ferreira	-	-	-
Miriam Carvalho Camargo	Curso ou Evento (CURS)	04	157
	Horário especial estudante	139	
	Doença em Pessoa da Família (LPF)	12	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	02	
Paula Facchini	Curso ou Evento (CURS)	06	06
Raquel de Castro	Curso ou Evento (CURS)	03	03

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 18.08.2016)

* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

2.2.4 Greve dos Servidores durante o Período Correccionado

Considerando sua influência nos dados estatísticos, registra-se o movimento grevista deflagrado pelos servidores do Judiciário Federal no ano de 2015. Na 3ª Vara do Trabalho de Sapiranga, a partir de 23.06.2015, houve limitação de expediente externo ao horário das 14h às 18h, mantidos os prazos processuais, expedições de alvarás ao reclamante e a realização de audiências, conforme a Portaria nº 01/2015, expedida pela Juíza Substituta Adriana Ledur; houve a revogação dos efeitos da Portaria nº 01/2015 a partir de 08.09.2015, conforme Portaria nº 03/2015, expedida pela Juíza Titular Adriana Freires.

2.2.5 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência	Motivo da Saída
--------------	-----------------	---------------	----------------------	-----------------



na Unidade Judiciária					
1	Angela Portela de Melo	13.04.2015	15.09.2015	05 meses e 03 dias	Lotação na 3ª Vara do Trabalho de Porto Alegre – Secretária de Audiência (FC03)
2	Marcelo Antonio Canabarro Valle	09.10.2015	17.07.2016	09 meses e 09 dias	Lotação na Secretaria da Corregedoria – Assistente de Juiz Substituto (FC05)

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 18.08.2016)

*Os servidores ocupavam função comissionada de Assistente de Juiz Substituto (FC05) na Vara do Trabalho correccionada.

2.2.6 Estagiários

	Estagiário (a)	Curso em Andamento	Período
1	Nitaeli Eduarda Barbieri	Superior em Direito	19.09.2015 a 13.09.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 18.08.2016)

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL*

3.1 FAIXA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE

Nos termos dos anexos III e IV da Resolução nº 63/2010 do CSJT, foram estabelecidas faixas de movimentação processual para padronização estrutural e de pessoal dos órgãos de primeiro grau da Justiça do Trabalho. Para fins comparativos e de análise da evolução dos dados estatísticos, as Varas do Trabalho da 4ª Região foram classificadas conforme os critérios de movimentação processual estabelecidos naquela Resolução.

Em face disso, a 3ª Vara do Trabalho de Sapiranga foi enquadrada na faixa de movimentação processual de 1.001 a 1.500 processos por ano. Dessa forma, os dados estatísticos da Unidade serão comparados com a média das demais Unidades Judiciárias situadas na mesma faixa de movimentação processual constantes do quadro abaixo, bem como com a média de toda as unidades de 1ª instância de todo o TRT4.

Unidades Judiciárias com 1.001 a 1.500 processos por ano	2013	2014	2015	Média
Alvorada – 01ªa Vara	1.033	1.069	1.161	1.087,67
Bagé - 01a Vara	1.261	1.354	1.222	1.279,00



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Bagé - 02a Vara	1.251	1.362	1.212	1.275,00
Cachoeirinha - 01a Vara	1.289	1.372	1.616	1.425,67
Cachoeirinha - 02a Vara	1.298	1.379	1.606	1.427,67
Camaquã - 01a Vara	780	1.239	1.072	1.030,33
Canoas - 01a Vara	1.377	1.463	1.625	1.488,33
Canoas - 02a Vara	1.365	1.496	1.555	1.472,00
Canoas - 03a Vara	1.413	1.431	1.556	1.466,67
Canoas - 04a Vara	1.368	1.497	1.581	1.482,00
Carazinho - 01a Vara	1.351	1.520	1.492	1.454,33
Caxias do Sul - 06a Vara	1.329	1.423	1.594	1.448,67
Cruz Alta - 01a Vara	1.009	1.160	1.261	1.143,33
Farroupilha - 01a Vara	936	1.118	1.303	1.119,00
Gramado - 01a Vara	932	1.047	1.230	1.069,67
Gramado - 02a Vara	933	1.043	1.207	1.061,00
Gravataí - 01a Vara	1.203	1.373	1.522	1.366,00
Gravataí - 02a Vara	1.200	1.348	1.506	1.351,33
Gravataí - 03a Vara	1.204	1.359	1.524	1.362,33
Gravataí - 04a Vara	1.214	1.343	1.515	1.357,33
Ijuí - 01a Vara	1.110	1.202	1.006	1.106,00
Lajeado - 01a Vara	1.203	1.362	1.219	1.261,33
Lajeado - 02a Vara	1.223	1.359	1.197	1.259,67
Montenegro - 01a Vara	1.256	1.314	1.308	1.292,67
Novo Hamburgo - 01a Vara	1.218	1.263	1.230	1.237,00
Novo Hamburgo - 02a Vara	1.260	1.286	1.252	1.266,00
Novo Hamburgo - 03a Vara	1.263	1.327	1.222	1.270,67
Novo Hamburgo - 04a Vara	1.301	1.292	1.248	1.280,33
Novo Hamburgo - 05a Vara	1.236	1.305	1.218	1.253,00
Palmeira das Missões - 01a Vara	1.068	1.013	1.350	1.143,67
Passo Fundo - 01a Vara	1.229	1.185	1.448	1.287,33
Passo Fundo - 02a Vara	1.144	1.165	1.499	1.269,33
Passo Fundo - 03a Vara	1.188	1.414	1.383	1.328,33
Passo Fundo - 04a Vara	1.191	1.402	1.439	1.344,00
Pelotas - 01a Vara	1.235	1.164	1.115	1.171,33



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Pelotas - 02a Vara	1.234	1.168	1.112	1.171,33
Pelotas - 03a Vara	1.237	1.155	1.098	1.163,33
Pelotas - 04a Vara	1.228	1.171	1.110	1.169,67
Porto Alegre - 18a Vara	1.500	1.111	1.504	1.371,67
Santa Cruz do Sul - 01a Vara	1.188	1.186	1.295	1.223,00
Santa Cruz do Sul - 02a Vara	1.275	1.202	1.360	1.279,00
Santa Cruz do Sul - 03a Vara	1.146	1.223	1.319	1.229,33
Santa Maria - 01a Vara	1.135	1.197	1.360	1.230,67
Santa Maria - 02a Vara	1.134	1.195	1.323	1.217,33
Santo Ângelo - 01a Vara	1.160	1.330	1.250	1.246,67
São Jerônimo - 01a Vara	970	1.104	1.120	1.064,67
Sapiranga - 01a Vara	1.407	1.509	1.282	1.399,33
Sapiranga - 02a Vara	1.411	1.447	1.268	1.375,33
Sapiranga – 03ª Vara	1.411	1.447	1.280	1.379,33
Taquara - 01a Vara	1.398	1.379	1.349	1.375,33
Taquara - 02a Vara	1.408	1.342	1.588	1.446,00
Taquara - 03a Vara	1.411	1.347	1.333	1.363,67
Taquara - 04a Vara	1.399	1.331	1.360	1.363,33
Triunfo - 01a Vara	1.211	1.473	1.160	1.281,33
Uruguaiana - 01a Vara	1.588	1.273	1.161	1.340,67
Uruguaiana - 02a Vara	1.581	1.254	1.140	1.325,00

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 21.07.2016)

3.2 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015- 2016
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	1.572	1.468	-6,62%	1.511	2,93%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	121	190	57,02%	167	-12,11%
Pendentes de finalização na fase de execução***	1.467	1.563	6,54%	1.697	8,57%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	68	55	-19,12%	75	36,36%



Total	3.228	3.276	1,49%	3.450	5,31%
--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 21.07.2016)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

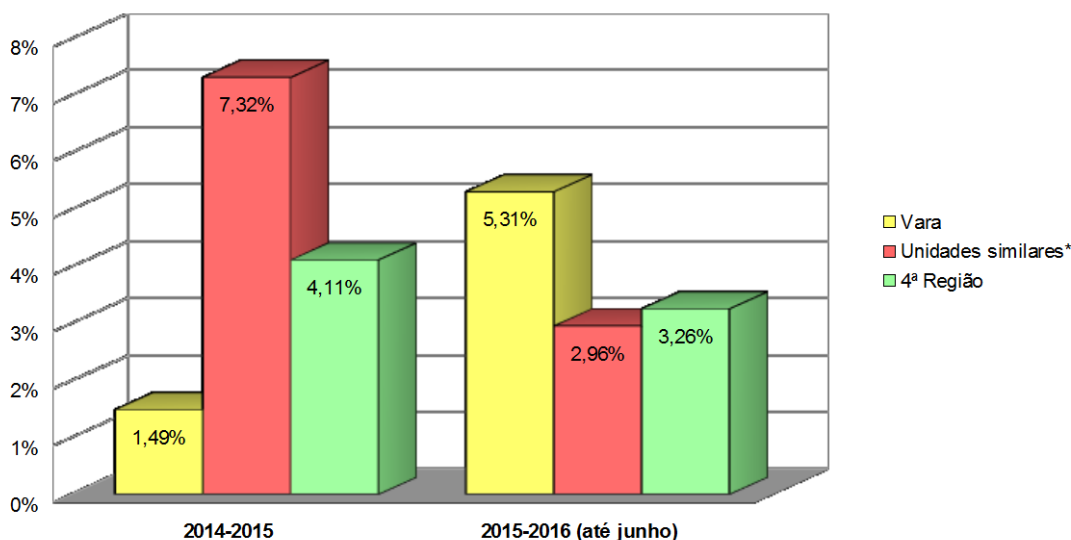
** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2015, houve aumento de 1,49% de processos tramitando na Unidade Judiciária. Em números de processos, a execução foi a fase que mais contribuiu para esse resultado, pelo aumento de 96 processos em tal fase no ano 2015.

A variação do acervo de processos na 3ª Vara do Trabalho de Sapiranga em 2015 se deu no mesmo sentido do que ocorreu nas demais Unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e em toda 4ª Região, em que houve majoração no acervo de processos em tramitação no período, ainda que em percentual bem menor. O aumento do acervo de processos em tramitação repetiu-se no primeiro semestre de 2016, tendo a unidade apresentado, contudo, o maior percentual de crescimento quando comparada às varas de porte semelhante e ao TRT como um todo:

Variação do acervo de processos tramitando



3.3 FASE DE CONHECIMENTO

3.3.1 Processos Pendentes de Solução



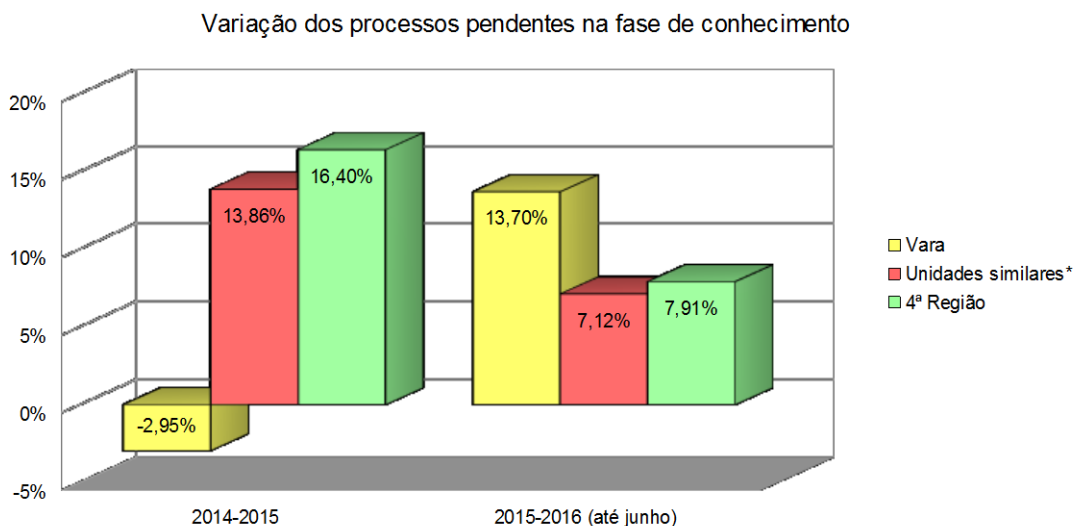
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Casos novos	1.447	1.280	-11,54%	601	-53,05%
Sentenças anuladas/reformadas	2	2	0,00%	0	-100,00%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*	1.411	1.337	-5,24%	535	-59,99%
Processos pendentes de solução	677	657	-2,95%	747	13,70%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 21.07.2016)

* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2015, registrou-se uma redução de 2,95% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 677 para 657 processos). Tal resultado foi melhor que a média das unidades de mesma faixa de movimentação processual (as quais registraram uma elevação de 13,86% em seus processos pendentes) e que a média de todo o regional (em que o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 16,40%). O principal motivo para a redução verificada no estoque da Unidade foi a redução no número de casos novos

Contudo, os dados dos seis primeiros meses de 2016 apontam aumento de 13,7% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento. Esse índice foi superior tanto à média das unidades com tramitação processual similar (7,12%), quanto à média de toda a 4ª Região no mesmo período de 2016 (7,91%), conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes se encontrava aguardando encerramento da instrução processual em 31.12.2015 (50,08%). Especificações no quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento



	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Aguardando 1ª sessão de audiência	153	183	19,61%	183	0,00%
Aguardando encerramento da instrução	368	329	-10,60%	406	23,40%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	91	90	-1,10%	42	-53,33%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	65	55	-15,38%	116	110,91%
TOTAL	677	657	-2,95%	747	13,70%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 21.07.2016)

3.3.2 Processos solucionados em relação aos distribuídos* e em relação aos pendentes de julgamento**

Processos solucionados em relação aos distribuídos					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Sapiranga – 03ª Vara	97,51%	104,45%	7,12%	89,02%	-14,78%
Unidades similares*	86,02%	89,46%	4,00%	90,76%	1,45%
TRT4 - 1ª Instância	85,92%	89,11%	3,72%	89,05%	-0,07%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 21.07.2016)

* Fórmula: [número de processos solucionados / processos recebidos]

Em 2015, foram solucionados na Unidade Judiciária 104,45% dos processos distribuídos no mesmo período, constatando-se aumento de 7,12% em relação ao índice do ano anterior. O índice da Unidade foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 14,99 e 15,34 pontos percentuais, respectivamente.

Processos solucionados em relação ao total de processos pendentes de julgamento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até30.06)	Variação 2015-2016
Sapiranga – 03ª Vara	67,32%	68,32%	1,49%	42,53%	-37,75%
Unidades similares*	55,92%	54,87%	-1,87%	39,24%	-28,49%
TRT4 - 1ª Instância	55,82%	55,20%	-1,10%	38,53%	-30,20%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 21.07.2016)

** Fórmula: [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo de processos pendentes do período anterior, o índice de processos julgados 3ª Vara do Trabalho de Sapiranga foi de 68,32% do número total de processos pendentes de julgamento, resultado 1,49% maior que o verificado no ano anterior. Tal resultado foi bem superior à média das demais unidades da mesma faixa de



movimentação processual e à média de toda a 4ª Região, tendo superado o desempenho destas em 13,44 e 13,11 pontos percentuais, respectivamente.

3.3.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução	2014		2015		2016 30.06)		
	QTD	%	QTD	%	QTD	%	
Com exame de mérito	Conciliação	870	61,66	732	54,75	281	52,52
	Julgado procedente	9	0,64	18	1,35	4	0,75
	Julgado procedente em parte	354	25,09	420	31,41	176	32,9
	Julgado improcedente	45	3,19	46	3,44	24	4,49
	Extinto	1	0,07	2	0,15	0	0
	Outras decisões	0	0	0	0	0	0
	SUBTOTAL	1.279	90,64	1.218	91,1	485	90,65
Sem exame de mérito	Extinto	18	1,28	14	1,05	4	0,75
	Arquivamento (art. 844 CLT)	82	5,81	69	5,16	25	4,67
	Desistência	28	1,98	35	2,62	19	3,55
	Outras decisões	4	0,28	1	0,07	2	0,37
	SUBTOTAL	132	9,36	119	8,9	50	9,35
TOTAL	1.411	100	1.337	100	535	100	

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 21.07.2016)

Verificou-se a diminuição de 74 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2015, na comparação com o ano anterior, o que representa um decréscimo de 5,24%. Essa queda aponta em direção oposta ao desempenho apresentado pelas demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual (as quais registraram uma elevação da média de 6,84% no número de processos solucionados na comparação com o ano de 2014) e da média de todo o regional que, em 2015, apresentou um aumento de 8,19%.

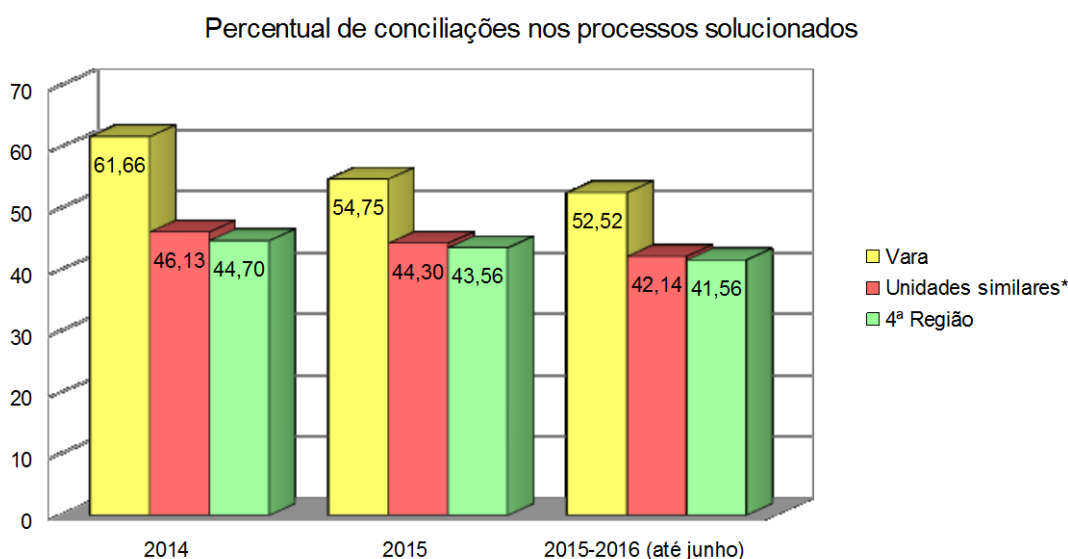
Dentre os tipos de solução, em que pese a redução no número global de decisões com resolução de mérito na Unidade (de 1.279, em 2014, para 1.218, em 2015), houve aumento no número de decisões (excluídas as conciliações). Nesse quesito, no ano de 2014 foram proferidas 409 decisões com resolução de mérito; em 2015, esse número foi de 486 decisões, representando, portanto, aumento de 18,83%. O desempenho da Unidade nesse quesito foi superior ao resultado médio obtido no conjunto das demais varas similares, que alcançou 8,33%, bem como da média das unidades de primeira instância de toda a 4ª Região, que avançou 7,56%.

Em contrapartida, a análise do quadro demonstra diminuição nos processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2014, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 870, representando



61,66% dos processos solucionados. Em 2015, o número total de conciliações diminuiu para 732, correspondendo a 54,75% das soluções na fase de conhecimento. Importante ressaltar, no entanto, que tal índice foi superior à média das unidades similares à correccionada, que foi de 44,3%, e à média regional de 2015, que foi de 43,56%, conforme explicitado no gráfico que segue.

Por fim, constata-se que entre janeiro e junho do corrente ano, o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento foi de 52,52%, resultado acima da média das unidades com movimentação similar e da média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue:



3.4 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.4.1 Processos pendentes de liquidação

	Liquidações				
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 30.06)	Varição 2015-2016
Iniciadas	293	346	18,09%	178	-48,55%
Encerradas	249	273	9,64%	210	-23,08%
Pendentes	115	182	58,26%	156	-14,29%
Arquivo Provisório	10	9	-10,00%	8	-11,11%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 21.07.2016)

O número de processos pendentes na fase de liquidação aumentou de 115 em 2014, para 182, em 2015, importando em um aumento de 58,26%. Esse percentual foi maior que à média das demais unidades com tramitação processual similar, cujo aumento foi de 10,05%, e também que o índice de toda



a primeira instância da 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação aumentou 5,88%. Um dos principais motivos para esse aumento foi o crescimento do número de liquidações iniciadas e das liquidações pendentes.

Nos seis primeiros meses de 2016, houve redução de 26 processos pendentes na fase de liquidação em relação a 31.12.2015 - o que corresponde a uma queda de 14,29%, índice bastante melhor que o obtido pelas unidades similares à correccionada, que foi de aumento de 0,36%, e à média regional de 2015, que foi de redução de apenas 1,32%.

3.4.2 Liquidações encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Liquidações encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Sapiranga – 03ª Vara	84,98%	78,90%	-7,16%	117,98%	49,52%
Unidades similares*	84,69%	89,42%	5,59%	88,74%	-0,76%
TRT4 - 1ª Instância	88,03%	88,43%	0,46%	89,52%	1,23%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 21.07.2016)

* Fórmula: [número de liquidações encerradas / número de liquidações iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 78,9% das liquidações iniciadas no mesmo período, constatando-se uma redução de 7,16% em relação ao índice do ano anterior. O índice da Unidade foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 10,52 e 9,53 pontos percentuais, respectivamente.

Liquidações encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Sapiranga – 03ª Vara	67,85%	59,22%	-12,72%	58,33%	-1,50%
Unidades similares*	56,00%	55,23%	-1,37%	40,52%	-26,64%
TRT4 - 1ª Instância	55,95%	54,32%	-2,92%	40,91%	-24,69%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 21.07.2016)

** Fórmula: [número de liquidações encerradas / (liquidações pendentes do período anterior + liquidações iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de liquidações encerradas pela 3ª Vara do Trabalho de Sapiranga em 2015 foi de 59,22% do número total de liquidações a encerrar – resultado 12,72% inferior ao verificado em 2014. Mesmo assim, esse desempenho foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e a média geral do TRT4 em 3,99 e 4,9 pontos percentuais, respectivamente.



3.5 FASE DE EXECUÇÃO

3.5.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

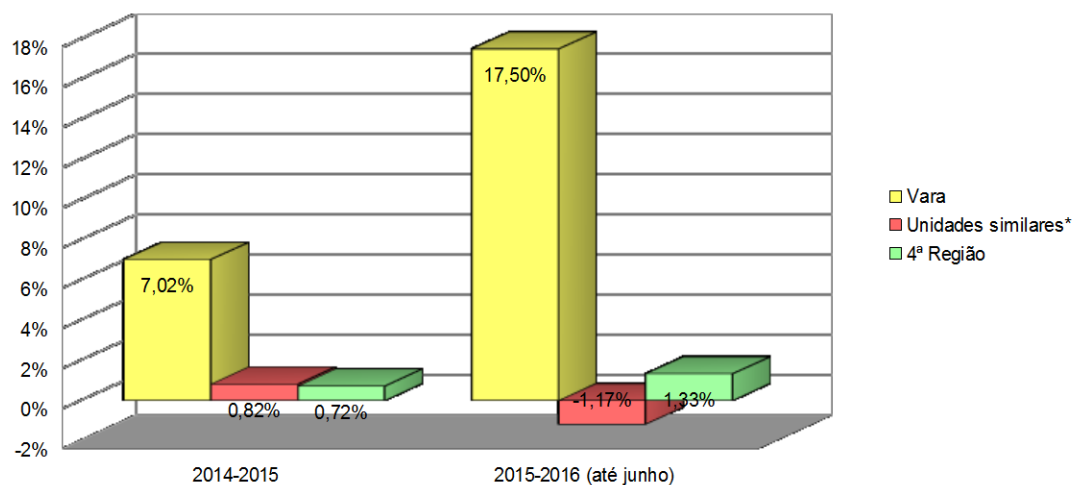
		2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 30.06)	Varição 2015-2016
Entrada	Iniciadas	460	384	-16,52%	260	-32,29%
	Desarquivadas para prosseguimento	759	62	-91,83%	26	-58,06%
Saídas	Encerradas	223	312	39,91%	101	-67,63%
	Arquivadas Provisoriamente	80	107	33,75%	45	-57,94%
Pendentes	Exclusivamente crédito previdenciário	6	5	-16,67%	6	20,00%
	Demais	763	818	7,21%	961	17,48%
	Total	769	823	7,02%	967	17,50%
Saldo no arquivo Provisório		835	854	2,28%	851	-0,35%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 21.07.2016)

Em 2015, o estoque de execuções pendentes na 3ª Vara do Trabalho de Sapiiranga subiu de 769 para 823 processos, o que corresponde a uma elevação de 7,02% em relação ao ano anterior. Esse índice foi bem superior ao aumento apresentado na 4ª Região no período em questão, que registrou elevação de apenas 0,72% em seu acervo médio.

Os dados colhidos no período de janeiro a junho de 2016 apontam aumento de 17,5% no estoque de processos pendentes na fase de execução, resultado muito maior, e qualitativamente inferior, que a média regional no mesmo período, que aumentou apenas 1,33%.

Varição dos processos pendentes na fase de execução





3.5.2 Execuções encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Execuções encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 30.06)	Varição 2015-2016
Sapiranga – 03ª Vara	48,48%	81,25%	67,60%	38,85%	-52,19%
Unidades similares*	98,23%	88,75%	-9,65%	80,47%	-9,32%
TRT4 - 1ª Instância	95,90%	80,03%	-16,54%	71,19%	-11,05%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 21.07.2016)

* Fórmula: [número de execuções encerradas / número de execuções iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 81,25% das execuções iniciadas no mesmo período, constatando-se um aumento de 67,6% em relação ao índice do ano anterior. O índice da Unidade foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 7,5 pontos percentuais, mas superior à média geral do TRT4 em 1,22 pontos percentuais, respectivamente.

Execuções encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 30.06)	Varição 2015-2016
Sapiranga – 03ª Vara	8,65%	15,69%	81,43%	5,21%	-66,78%
Unidades similares*	15,10%	15,79%	4,58%	9,23%	-41,51%
TRT4 - 1ª Instância	15,51%	15,39%	-0,79%	8,97%	-41,73%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 21.07.2016)

** Fórmula: [número de execuções encerradas / (execuções pendentes do período anterior + número de execuções iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de execuções encerradas 3ª Vara do Trabalho de Sapiranga em 2015 foi de 15,69% do número total de execuções a encerrar – resultado 81,43% maior que o verificado no ano anterior. Esse desempenho foi bastante semelhante à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual (15,79%), bem como à média geral do TRT4 (15,39%).

3.5.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 30.06)	Varição 2015-2016
Processos com inclusão de devedor no BNDT	159	135	-15,09%	78	-42,22%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Processos com exclusão de devedor no BNDT	0	0	-	0	-
Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	1.501	1.528	1,80%	1.550	1,44%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 21.07.2016)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 3ª Vara do Trabalho de Sapiranga, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2015 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 21.07.2016. Dessa consulta, resultou uma lista de **04 processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT. A título de amostragem, relaciona-se a situação processual nos processos abaixo:

1	Processo nº 0026000-37.2009.5.04.0373
Em 5-10-2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Calçados Bom Pre Ltda. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.	
2	Processo nº 0031300-48.2007.5.04.0373
Em 28-9-2015 foi lançado o andamento “extinta a execução”. Em 6-11-2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, as executadas Calçados Pricawi Ltda., Calçados Harras Ltda. e Calçados Aladin Ltda. permanecem inscritas junto ao BNDT, todas com a informação “sem garantia total do juízo”.	
3	Processo nº 0089600-42.2003.5.04.0373
Em 17-11-2015 foi lançado o andamento “extinta a execução”. Em 20-11-2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, os executados Paulo Ermel, Rosalina de Fátima Geremia e Luciano André Moz permanecem inscritos junto ao BNDT, todos com a informação “sem garantia total do juízo”.	
4	Processo nº 0104500-35.2000.5.04.0373
Em 18-3-2016 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, as executadas Maria Isabel Custódio Da Rosa, Dissul - Distribuidora De Produtos Ltda e Lócio Brás Da Rosa permanecem inscritas junto ao BNDT, todas com a informação “sem garantia total do juízo”.	

(Fonte: Consulta ao Sistema E-Gestão em 21.07.2016)



Sinala-se, finalmente, que é do conhecimento desta Corregedoria que o sistema e-Gestão não está extraindo as informações de exclusão de devedores no BNDT nos processos judiciais eletrônicos (PJe-JT). Já foram solicitadas informações ao Comitê Gestor do e-Gestão acerca da matéria.

3.6 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2014			2015			2016 (até 30.06)		
	Rece- bidos	Julga- dos	Pen- dentes	Rece- bidos	Julga- dos	Pen- dentes	Rece- bidos	Julga- dos	Pen- dentes
Embargos de declaração	113	102	20	163	153	28	37	53	12
*Antecipações de tutela	52	30	64	91	44	75	40	8	44
Impugnações à sentença de liquidação	1	0	5	18	20	9	2	6	3
Embargos à execução	39	33	25	90	77	38	60	38	60
Embargos à arrematação	2	3	2	1	2	1	0	0	1
Embargos à adjudicação	0	0	2	0	2	0	0	0	0
Exceções de pré-executividade	7	5	8	4	5	8	4	1	11
TOTAL	214	173	126	367	303	159	143	106	131

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 21.07.2016)

*A lista de processos com pedido de antecipação de tutela pendente de apreciação encontra-se anexa ao final deste relatório (Anexo 01).

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 367 incidentes processuais em 2015 na Unidade Judiciária, o que corresponde a um aumento de 71,5% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados subiu 75,14% na comparação entre os anos de 2014 e 2015, passando de 173 para 303. Mesmo assim, o número total de incidentes processuais pendentes de decisão subiu de 126, em 31.12.2014, para 159 processos, em 31.12.2015. Destaca-se, por fim, que, em 06.07.2016, o estoque de incidentes processuais pendentes de decisão era de 131 processos, saldo 17,61% menor que o do final do período anterior; os embargos à execução eram a espécie que correspondia à maior parte dos incidentes ainda pendentes (45,8%).

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses e não estão adequadamente solucionados no sistema por motivos variados: seja pela



inexistência de conclusão ao juiz para decisão, seja pela falta de lançamento do registro da decisão para a baixa da pendência do incidente no sistema informatizado, seja, ainda, pela escolha equivocada de andamentos no sistema para fazer a conclusão e a solução dos incidentes, tal como se demonstra nos exemplos que seguem:

1	Processo nº 0000156-12.2014.5.04.0373
Situação processual: Em 03/02/2015 foram opostos Embargos Declaratórios pela 1ª e pela 2ª reclamadas. Após, em 09/03/2015 foram opostos Embargos Declaratórios pela 3ª reclamada. Os dois recursos foram julgados na mesma sentença (10/04/2015) tendo sido lançado, contudo, um único andamento de “Embargos Declaratórios Julgados”. Assim, sem que tenha sido dada a específica solução no sistema, permanece a pendência junto ao sistema e-Gestão.	
2	Processo nº 0020061-32.2016.5.04.0373
Situação processual: Em 26/01/2016 foi formulado Antecipação de Tutela , que não foi apreciado, em razão das partes terem firmado acordo em audiência (02/05/2016). Sem que tenha sido dada a específica solução no sistema (prejudicado o incidente), permanece a pendência junto ao sistema e-Gestão.	
3	Processo nº 0001057-48.2012.5.04.0373
Situação processual: Foi protocolada petição de Embargos à Execução em 30/06/2015, que foi apreciada em 03/07/2015. Todavia, os embargos não foram recebidos. Sem que tenha sido dada a específica solução no sistema (decisão em incidente processual), permanece a pendência junto ao sistema e-Gestão.	
4	Processo nº 0000127-93.2013.5.04.0373
Em 14/04/2015 foram opostos Embargos à Arrematação , cuja análise foi considerada prejudicada em decisão proferida em 12/05/2015. Entretanto, tal decisão foi proferida mediante simples despacho. Sem que tenha sido dada a específica solução no sistema (Extinto sem resolução de mérito o incidente), permanece a pendência junto ao sistema e-Gestão.	
5	Processo nº 0136400-46.1994.5.04.0373
Situação processual: Em 26/02/2015 foi apresentada Exceção de Pré-Executividade, cuja análise foi considerada prejudicada em decisão proferida em 19/03/2014. Entretanto, a decisão foi proferida mediante simples despacho. Sem que tenha sido dada a específica solução no sistema (Extinto sem resolução de mérito o incidente), permanece a pendência junto ao sistema e-Gestão.	

(Fonte: Consulta ao Sistema E-Gestão em 18.08.2016)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

Prazos médios (em dias)



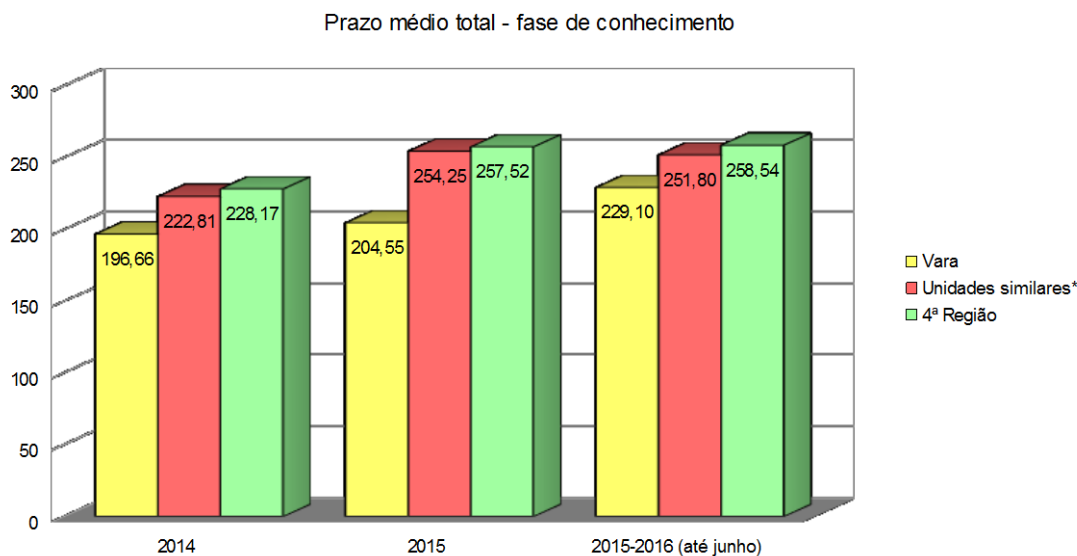
		2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 30.06)	Varição 2015-2016
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Média Sumaríssimo	70,89	85,42	20,51%	139,13	62,87%
	Média Ordinário	199,62	208,29	4,34%	232,02	11,40%
	Média Geral	196,66	204,55	4,01%	229,10	12,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 21.07.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na 3ª Vara do Trabalho de Sapiroanga apresentou uma elevação de 4,01%, passando de 196,66 para 204,55 dias; no rito sumaríssimo, o prazo médio registrou aumento de 20,51% em relação à média do ano anterior, passando de 70,89 para 85,42 dias. O rito ordinário registrou um prazo médio de 208,29 dias, 4,34% maior na comparação com 2014. Registra-se, ainda, que os dados estatísticos colhidos entre janeiro e junho de 2016 apontam uma elevação de 12% no prazo médio total de tramitação na fase de conhecimento.

O lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2015 foi 19,55% mais célere (49,7 dias menor) que a média das unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, e 20,57% mais ágil (52,97 dias menor) que a média de toda as Unidades de 1ª instância do TRT4, ampliando as diferenças verificadas no ano de 2014.

Outrossim, os dados dos primeiros seis meses de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de conhecimento foi 9,02% mais curto (22,7 dias) que o das demais Unidades Similares e 11,39% mais curto (29,45 dias) que o da 4ª Região. Especificações no gráfico abaixo:



4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

Prazos médios (em dias)

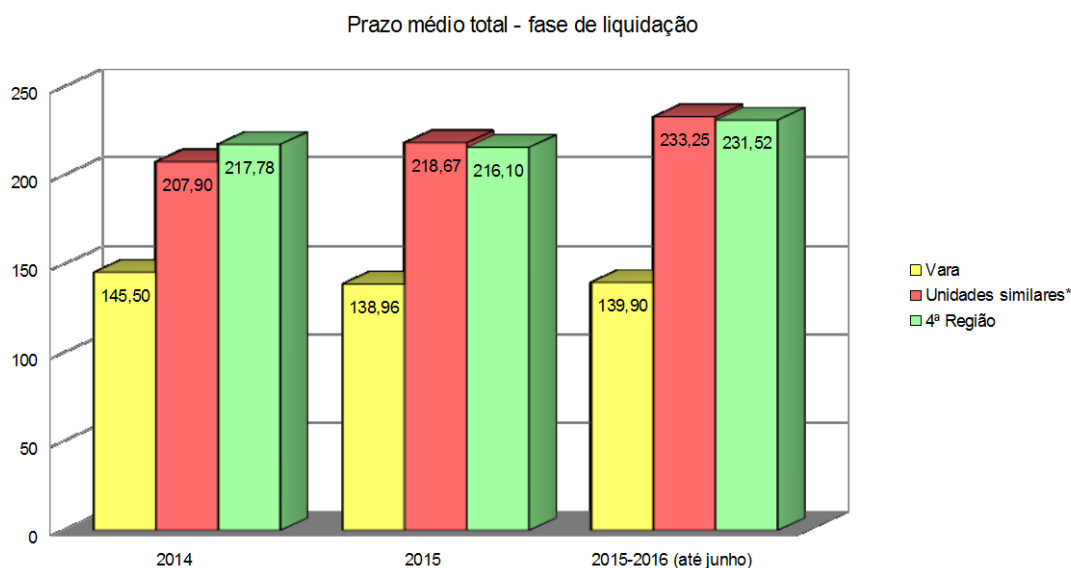


		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015- 2016
Do início ao encerramento da liquidação	Média Sumaríssimo	116	81,33	-29,89%	99	21,72%
	Média Ordinário	145,88	139,64	-4,28%	140,6	0,69%
	Média Geral	145,5	138,96	-4,50%	139,9	0,68%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 21.07.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 81,33 dias, o que equivale a uma redução de 29,89% em relação à média do ano anterior. No rito ordinário, o prazo médio alcançou 139,64 dias, 4,28% menor na comparação com o de 2014. A seu turno, os dados do ano de 2016, colhidos de janeiro a junho, apontam uma pequena elevação do prazo médio geral entre o início e o encerramento da liquidação, em percentual inferior a 1%.

Constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2015 foi 36,45% mais célere (79,71 dias menor) que o desempenho de todas as Varas Trabalhistas constantes da mesma faixa de movimentação processual e 35,7% mais rápido (77,14 dias menor) na comparação com a média da 1ª instância de toda a 4ª Região. Os dados do período de janeiro a junho de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de liquidação foi 40,02% mais curto (93,35 dias menor) que as demais Unidades Similares e 39,57% mais curto (91,62 dias menor) que o da 4ª Região, conforme apontado no gráfico abaixo.



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)



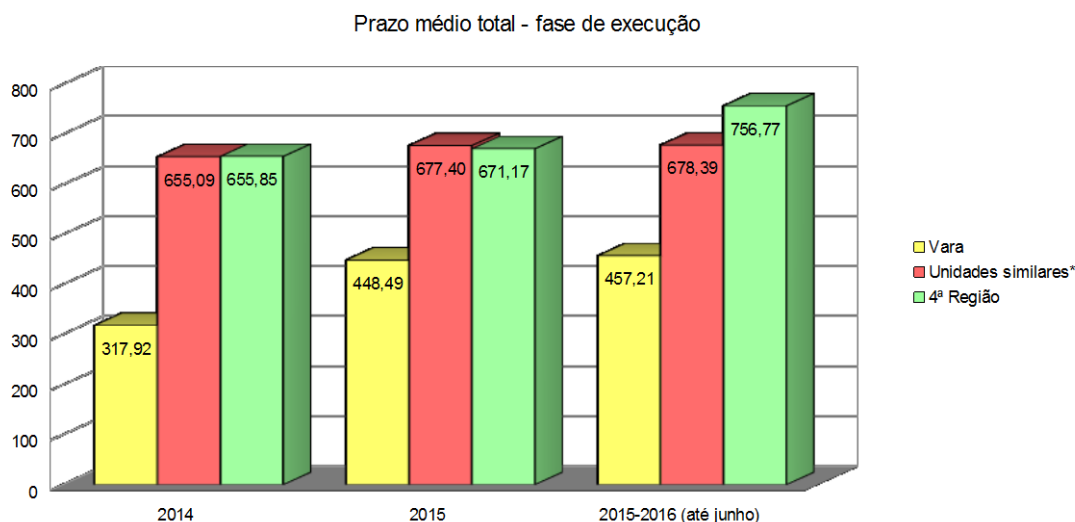
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015- 2016
Do início ao encerramento da execução	Média Ente privado	316,73	448,49	41,60%	456,61	1,81%
	Média Ente público	372,50	..	#VALOR!	481,00	#VALOR!
	Média Geral	317,92	448,49	41,07%	457,21	1,94%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 21.07.2016)

O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, aumentou de 316,73 dias, em 2014, para 448,49 dias, em 2015 (elevação de 41,6%). De janeiro a junho de 2016 a média aumentou para 456,61 dias, prazo 1,81% maior que o do período anterior.

Constatou-se, ainda, que o tempo de tramitação total na fase de execução na 3ª Vara do Trabalho de Sapiranga foi 33,79% mais célere (228,90 dias menor) que o prazo médio das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 2015 e 33,18% mais exíguo (222,67 dias menor) que a média de toda a 4ª Região.

Finalmente, verifica-se que nos seis primeiros meses de 2016, o prazo médio da Unidade foi 32,6% menor (221,18 dias) que a média das demais Unidades com movimentação processual similar e 39,58% menor (299,56 dias) que o prazo apurado em toda a primeira instância da 4ª Região.



5 METAS

5.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

5.1.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.



META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.12.2015	Solucionados até 31.12.2015	%	Resultado
1.280	1.337	104,45%	Meta Cumprida

5.1.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2013	Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 1º.01.2014 e 31.12.2015	%	Resultado
649	641	98,77%	Meta cumprida

5.1.3 Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015	Execuções baixadas* em 2015	Grau de Cumprimento	Resultado
360	348	96,67%	Meta não cumprida

* Segundo o Glossário das Metas de 2015, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.1.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2012 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 e julgadas entre 1º.01.2013 e 31.12.2015	Grau de cumprimento	Resultado
2	2	100,00%	Meta cumprida

5.1.5 Meta 7: “Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo de processos tramitando em 31.12.2015
--	---	--



Wms Supermercados do Brasil Ltda.	20	11
Estado do Rio Grande do Sul	16	1
Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	6	0
Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	10	2
União	2	2
OI S.A.	0	1
Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	1	0
Caixa Econômica Federal - CEF	1	5
Banco do Brasil S.A.	1	2
Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0

Total em 2014	Total em 2015	Percentual atingido	Resultado
57	24	-57,89%	Meta cumprida

5.1.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015	Prazo médio que deveria ter sido alcançado em 2015	Resultado
228,17	196,66	204,55	194,69	Meta não cumprida

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015	Meta para 2015	Resultado
Total de acordos	895	870	882,5	732	892	Meta não cumprida

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2016



5.2.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2016 CNJ			
Distribuídos até 30.06.2016	Solucionados até 30/06/2016	%	Resultado parcial (até 30.06)
601	535	89,02%	Indicativo de não cumprimento da meta

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014”.

META 2/2016 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2014	Processos distribuídos até 31.12.2014 e julgados entre 1º.01.2015 e 30.06	%	Resultado parcial (até 30.06)
674	654	97,03 %	Meta já cumprida

5.2.3 Meta 3: “Aumentar em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META 3/2016 CNJ						
	2013	2014	Média 2013/2014	2016 (até 30.06)	Meta para 2016	Resultado parcial (até 30.06)
Total de acordos	895	870	882,5	281	901	Indicativo de não cumprimento da meta
Média mensal de acordos	74,58	72,5	73,54	46,83	75,08	

5.2.4 Meta 5: “Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2016 CNJ			
Casos novos de execução em 2016	Execuções baixadas* em 2016 (até 30.06)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até 30.06)
260	163	62,69%	Indicativo de não cumprimento da meta

* Segundo o Glossário das Metas de 2016, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pendente apenas pagamento de custas processuais.



5.2.5 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2016 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no primeiro grau, e até 31.12.2014, no segundo grau”.

Ações coletivas distribuídas até 31.12.2013 pendentes de solução	Resultado
0	Meta já cumprida

5.2.6 Meta 7: “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2015	Acervo de processos tramitando em 30.06.2016
Wms Supermercados do Brasil Ltda.	11	12
União	2	2
Estado do Rio Grande do Sul	1	2
Caixa Econômica Federal - CEF	5	2
Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	2	3
OI S.A.	1	1
Banco do Estado do Rio Grande do Sul	1	2
Claro S.A.	0	2
Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	2	4

Total em 2015	Total em 2016 (até 30.06)	Percentual atingido	Resultado
25	30	20,00%	Meta ainda não cumprida

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente de segunda a quinta-feira, pela manhã e à tarde. A pauta do Juiz Substituto lotado (J2) ocorre a cada três semanas. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.



J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	6(I) 1(U) 4(P)	6(I) 1(U) 4(P)	6(I) 1(U) 4(P)	6(I) 1(U) 4(P)	
Tarde					

(Fonte: Informação do Diretor de Secretaria em 30.08.2016)

J2	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã					
Tarde	7-8(I) 1(U) 5(P)	7-8(I) 1(U) 5(P)	7-8(I) 1(U) 5(P)	7-8(I) 1(U) 5(P)	

(Fonte: Informação do Diretor de Secretaria em 30.08.2016)

Legenda:

I – Audiências iniciais de rito ordinário

U – Audiências unas de rito sumaríssimo

P – Audiências de prosseguimento

CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias

E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

Alguns processos contra entes públicos não são incluídos em pauta, em razão da matéria.

São incluídos em pauta processos na fase de execução sempre que a unidade vislumbra a possibilidade de acordo, bem como quando há pedido das partes.

Há poucas ações ajuizadas pelo rito sumaríssimo e são incluídas em pauta em, no máximo, 20 dias.

Excepcionalmente, pode haver pauta no turno da tarde, vinculada ao Juiz Titular.

6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada		Próxima Data Livre	
	J1	J2	J1	J2
Inicial	28.09.2016	16.11.2016	28.09.2016	16.11.2016
Una Sumaríssimo	13.09.2016	15.09.2016	Incluídas em pauta em, no máximo, 20 dias	
Instrução	20.03.2017	22.02.2017	21.03.2016	22.02.2017

(Fonte: Informação do Diretor de Secretaria em 30.08.2016)

6.3 PRAZO MÉDIO DE AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)				
2014	2015	Variação	2016	Variação



		2014-2015			2015-2016	
		(até 30.06)				
Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência	Média Sumaríssimo	27,08	28,17	4,02%	35,52	26,10%
	Média Ordinário	44,04	42,56	-3,36%	62,19	46,12%
	Média Geral	43,62	42,12	-3,44%	61,1	45,06%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 21.07.2016)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo avançou de 27,08 dias, em 2014, para 28,17 dias, em 2015 (aumento de 4,02%). O prazo médio da audiência inicial do rito ordinário, contudo, diminuiu de 44,04 dias, em 2014, para 42,56 dias, em 2015 (redução de 3,36%). Sinala-se que os dados parciais do ano de 2016, colhidos no período de janeiro a junho, apontam elevação de 26,1% no prazo das audiências iniciais do rito sumaríssimo e de 46,12% nas do rito ordinário.

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior.

Em consulta ao livro pauta no momento da inspeção, constatou-se que o prazo médio das audiências iniciais é inferior ao apontado pelo Sistema e-Gestão.

6.4 PRAZO MÉDIO DE AUDIÊNCIAS DE ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução	Média Sumaríssimo	25,39	34,71	36,74%	29,88	-13,91%
	Média Ordinário	166,3	105,86	-36,34%	135,28	27,79%
	Média Geral	162,2	103,54	-36,16%	131,73	27,22%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 21.07.2016)

As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo, quando necessário, tiveram o prazo ampliado de 25,39 dias, em 2014, para 34,71 dias, em 2015 (aumento de 36,74%). O rito ordinário, entretanto, registrou redução da média de 166,3 dias, em 2014, para 105,86 dias, em 2015 (redução de 36,34%). No primeiro semestre de 2016 houve aumento da média geral em 27,22%, ainda que tenha havido diminuição do prazo em 13,91% em relação ao rito sumaríssimo.



Em consulta ao livro pauta no momento da inspeção, constatou-se que o prazo médio das audiências de prosseguimento é superior ao apontado pelo Sistema e-Gestão.

6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Juiz (a)	2015				
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Adriana Freires	798	532	25	14	1.369
Adriana Ledur	62	52	23	1	138
Bárbara Fagundes	19	8	11	0	38
Carlos Ernesto Maranhão Busatto	166	100	6	2	274
Charles Lopes Kuhn	93	55	0	1	149
TOTAL	1.138	747	65	18	1.968

Juiz (a)	2016 (até 30.06)				
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Adriana Freires	435	241	19	14	709
Charles Lopes Kuhn	116	68	3	6	193
Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo	12	12	2	0	26
Eduardo Batista Vargas	7	2	0	0	9
Marina dos Santos Ribeiro	13	7	0	0	20
Patricia Zeilmann Costa	6	4	0	0	10
TOTAL	589	334	24	20	967

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 21.07.2016)

6.6 ADIAMENTO DE PAUTA

Eventuais adiamentos de pautas deverão ser comunicados à Corregedoria Regional, para fins informativos, conforme previsto no art. 4º, § 8º do Provimento nº 250/2016, da Corregedoria Regional.

6.7 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1 e 6.5 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constatou-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes



comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.8 PROCESSOS SOLUCIONADOS

Juiz (a)	2015					
	Com exame de mérito				Sem exame de mérito TOTAL	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL		
Adriana Freires	537	364	1	902	88	990
Adriana Ledur	33	21	0	54	12	66
Bárbara Fagundes	24	13	0	37	2	39
Carlos Ernesto Maranhão Busatto	97	47	1	145	8	153
Carlos Henrique Selbach	-	1	0	1	-	1
Charles Lopes Kuhn	41	7	0	48	9	57
Cíntia Machado de Oliveira	-	11	0	11	-	11
Rafael Moreira de Abreu	-	20	0	20	-	20
TOTAL	732	484	2	1.218	119	1.337

Juiz (a)	2016 (até 30.06)					
	Com exame de mérito				Sem exame de mérito TOTAL	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL		
Adriana Freires	195	136	0	331	39	370
Adriana Ledur	-	20	0	20	2	22
Carlos Ernesto Maranhão Busatto	-	10	0	10	-	10
Charles Lopes Kuhn	61	25	0	86	8	94
Cíntia Machado de Oliveira	-	2	0	2	-	2
Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo	14	3	0	17	-	17
Eduardo Batista Vargas	3	1	0	4	-	4
Marina dos Santos Ribeiro	5	4	0	9	1	10
Patricia Zeilmann Costa	3	2	0	5	-	5
Rafael Moreira de Abreu	-	1	0	1	-	1
TOTAL	281	204	0	485	50	535

6.9 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS

Esta Corregedoria dá ênfase às sentenças não proferidas no prazo de 50 dias, em atenção ao §3º do art. 6º da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e ao processo de Consulta 5202-74.2016.5.00.0000 do CSJT.



Juiz(a)	Tipo de Incidente	Quantidade
Juíza Titular Adriana Freires	Processos de Cognição	96
Juíza Titular Adriana Freires	Impugnações à sentença de liquidação	01
Juíza Titular Adriana Freires	Embargos à Execução	05
Juiz Substituto Charles Lopes Kuhn	Processos de Cognição	02
Juíza Substituta Cínthia Machado De Oliveira	Processos de Cognição	02
Total: 106		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 26.08.2016. Mais de 50 dias anteriores à data da consolidação dos dados: 11.07.2016)

* A listagem das sentenças pendentes há mais de 50 dias consta em anexo ao final da presente ata de correição.

7 ROTINAS DE SECRETARIA

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES e OFÍCIOS

Notificações e ofícios urgentes são expedidos no dia em que determinados. Os demais são expedidos entre uma semana e 10 dias do despacho em que determinados.

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, AUTORIZAÇÕES JUDICIAIS, PRECATÓRIOS E RPV'S

Os mandados e as autorizações judiciais são expedidos em, no máximo, uma semana da determinação. Há poucos precatórios e RPVs, os quais são expedidos na medida em que determinados.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

A unidade prioriza os alvarás, os quais são expedidos em 24 horas.

7.4 DESPACHOS DE PROTOCOLO

A unidade recebe mais de 100 petições por dia, entre processos físicos e eletrônicos. Os protocolos urgentes são despachados de imediato. Os eletrônicos em 48 horas e os físicos em uma semana.

Na data da inspeção estava sendo despachado o protocolo de 22 de agosto nos processos físicos e de 26 de agosto nos processos eletrônicos.

7.5 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

Na data da inspeção estava sendo certificado o prazo vencido na semana anterior, tanto nos processos físicos quanto nos eletrônicos.

7.6 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Há remessa de processos ao TRT todas as semanas.

7.7 CONVÊNIOS



A unidade utiliza todos os convênios disponibilizados pelo TRT. É o diretor quem os utiliza.

7.8 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Os processos são arquivados assim que o despacho é assinado. A remessa ao arquivo é feita uma vez por mês.

7.9. EXECUÇÃO REUNIDA

A unidade tem cerca de 15 execuções reunidas. Nos processos eletrônicos é dado o andamento de execução sobrestada; nos físicos, de reunido o processo.

7.10. PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO AO BNDT

A unidade inscreve o devedor no BNDT após a citação e a consulta ao sistema BacenJud. A retirada do cadastro é feita assim que quitada a dívida, no despacho de extinção da execução.

7.11 EXAME DOS LIVROS

7.11.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

	Processo	Prazo
1	0000424-66.2014.5.04.0373	19.05.2016
2	0009900-07.2009.5.04.0373	20.06.2016
3	0000393-85.2010.5.04.0373	02.07.2016
4	0001048-18.2014.5.04.0373	21.07.2016
5	0000644-69.2011.5.04.0373	30.07.2016
6	0001469-42.2013.5.04.0373	02.08.2016
7	0001472-94.2013.5.04.0373	05.08.2016
8	0114600-05.2007.5.04.0373	08.08.2016
9	0000193-39.2014.5.04.0373	08.08.2016
10	0040400-66.2003.5.04.0373	15.08.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 25.08.2016)

Conforme consulta ao Sistema inFOR, verificou-se que, embora estejam vencidos os prazos de devolução de autos há mais de 10 dias, há visível empenho por parte da Unidade, sobretudo por meio da expedição de despachos, notificações e mandados de busca apreensão de autos, na cobrança da restituição desses processos.

Segundo o Diretor, a cobrança é feita a cada 20-30 dias pelo sistema informatizado.



7.11.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

	Processo	Prazo
1	0000430-10.2013.5.04.0373	27.06.2016
2	0000005-12.2015.5.04.0373	01.08.2016
3	0029000-45.2009.5.04.0373	12.08.2016
4	0155000-27.2008.5.04.0373	19.08.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 25.08.2016)

Conforme consulta ao Sistema inFOR, verificou-se que, embora estejam vencidos os prazos de devolução de autos há mais de 10 dias, há visível empenho por parte da Unidade, sobretudo por meio da expedição de despachos e notificações, na cobrança da restituição desses processos.

7.11.3 Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

	Carga OJ	Processo	Prazo
1	373-00350/16	0000497-09.2012.5.04.0373	15.08.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 25.08.2016)

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 50 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correição à Vice-Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 25.08.2016, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou 410 processos. Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	Processo nº 0146300-82.1996.5.04.0373
Fase: Liquidação Aspectos Gerais dos autos: nada a apontar. Movimentação Processual: nada a apontar.	
2	Processo nº 0108800-30.2006.5.04.0373
Fase: Execução Aspectos Gerais dos autos: nada a apontar. Movimentação Processual: nada a apontar.	



3	Processo nº 0000256-64.2014.5.04.0373
Fase: Execução Aspectos Gerais dos autos: nada a apontar. Movimentação Processual: nada a apontar.	
4	Processo nº 0000090-95.2015.5.04.0373
Fase: Conhecimento Aspectos Gerais dos autos: nada a apontar. Movimentação Processual: nada a apontar.	
5	Processo nº 0001058-67.2011.5.04.0373
Fase: Conhecimento Aspectos Gerais dos autos: nada a apontar. Movimentação Processual: nada a apontar.	
6	Processo nº 0040200-98.1999.5.04.0373
Fase: Execução Aspectos Gerais dos autos: nada a apontar. Movimentação Processual: nada a apontar.	
7	Processo nº 0105500-70.2000.5.04.0373
Fase: Execução Aspectos Gerais dos autos: nada a apontar. Movimentação Processual: nada a apontar.	
8	Processo nº 0000383-36.2013.5.04.0373
Fase: Execução Aspectos Gerais dos autos: nada a apontar. Movimentação Processual: nada a apontar.	
9	Processo nº 0000282-62.2014.5.04.0373
Fase: Execução Aspectos Gerais dos autos: nada a apontar. Movimentação Processual: Proferido despacho, em 29-9-2014, determinando que a secretaria elaborasse a certidão de cálculo e realizasse a citação da reclamada para pagamento do débito (fl. 69), a conta somente foi realizada em 2-12-2014 (fl. 70), o que configura excessiva demora no impulso processual.	

* Os aspectos gerais dos autos são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2015.

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 25.08.2016.

Processo desarquivado e sem movimentação há mais de 6 meses - Processos Exemplos:	
0101900-46.1997.5.04.0373	0101900-46.1997.5.04.0373
0157500-57.1994.5.04.0373	0029800-64.1995.5.04.0373



Autos aguardando arquivamento ou devolução ao arquivo– Processos Exemplos:	
0000131-33.2013.5.04.0373	0083000-10.2000.5.04.0373
Carta precatória com registros desatualizados, aguardando devolução à origem ou devolvida à origem sem andamento – Processos Exemplos:	
0000995-37.2014.5.04.0373	
Despacho não cumprido decorridos mais de 180 dias– Processos Exemplos:	
0000060-60.2015.5.04.0373	0000064-97.2015.5.04.0373
0000067-52.2015.5.04.0373	0000070-07.2015.5.04.0373
Demora no impulso processual – Processos Exemplos:	
0000820-82.2010.5.04.0373	0000076-14.2015.5.04.0373
0125400-97.2004.5.04.0373	0000184-14.2013.5.04.0373*
Petição protocolada aguardando apreciação do Juízo – Processos Exemplos:	
0000092-65.2015.5.04.0373	
Processo aguardando apensamento ou apensado a outro sem andamento – Processos Exemplos:	
0001224-31.2013.5.04.0373	
Processo recebido do TRT/TST sem andamento – Processos Exemplos:	
0001070-76.2014.5.04.0373	
Processo suspenso/sobrestado sem o respectivo andamento – Processos Exemplos:	
0045100-85.2003.5.04.0373	0045200-40.2003.5.04.0373
0049800-07.2005.5.04.0373	
Registros desatualizados – Processos Exemplos:	
0000168-60.2013.5.04.0373	0000758-42.2010.5.04.0373

***Processo em carga com Juiz Alexandre Schuch Lunardi para prolação sentença. Refere-se à Restauração de Autos efetuada em 26.02.2013, oriunda do extravio dos autos do processo nº 0000012-43.2011.5.04.0373.**

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Conforme informação do Diretor de Secretaria, a Unidade Judiciária observa a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, de que trata do pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal. Salienta-se que a referida Consolidação vigeu até 15.03.2016, por quase todo o período correccionado. De todo modo, a nova Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, em seu art. 26, I, repete “ipsis litteris” o art. 18, I, supracitado.



8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Segundo informação do Diretor de Secretaria, o depósito recursal é liberado após a homologação da conta, se o valor for incontroverso. A citação se dá pelo valor remanescente, destacando-se já ter sido liberado o depósito recursal. Em alguns casos, primeiro é feita a citação e, não sendo paga a dívida, é liberado o depósito recursal.

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Por ocasião da correição, o Diretor de Secretaria informou que, no caso de descon sideração da personalidade jurídica da executada, é feita consulta ao sistema BacenJud de forma cautelara e citado o sócio simultaneamente.

9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

Conforme Cronograma de Implantação do Processo Judicial Eletrônico deste Regional aprovado pelo TST, o PJe foi implantado na Unidade Judiciária em 18.08.2014.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em 23.08.2016, ocasião em que o acervo processual da 3ª Vara do Trabalho de Sapiroanga contava com 1.325 processos na fase de conhecimento, 69 processos na fase de liquidação, 182 processos na fase de execução e 1.061 processos arquivados.

Agrupador	Quantidade de Processos
Processos com pedido de sigilo nos documentos não apreciado	3
Processos com pedido liminar ou de antecipação de tutela não apreciado	1
Processos com petições avulsas	2
Processos com habilitações nos autos não lidas	16
Processos com petições não apreciadas	65 0020082-42.2015.5.04.0373 (24.08.2016)
Mandados devolvidos pelo Oficial de Justiça	2
Processos aguardando encaminhamento do secretário de audiências	22

Pasta	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Aguardando Término dos Prazos	Conhecimento	163	0020426-63.2014.5.04.0371 (?)	28.05.2016



Prazos vencidos	Conhecimento	35	0020222-42.2016.5.04.0373	13.08.2016
Preparar Comunicação	Conhecimento	30	0020798-69.2015.5.04.0373	18.07.2016
Triagem Inicial	Conhecimento	21	0020834-77.2016.5.04.373	16.08.2016
Aguardando término dos prazos -Liq	Liquidação	13	0020301-55.2015.5.04.0373	26.07.2016
Prazos vencidos	Liquidação	5	0020228-20.2014.5.04.0373	28.07.2016
Aguardando Cumprimento de Providência	Execução	10	Carta Precatória 0021073-18.2015.5.04.0373	22.03.2016
Aguardando término dos prazos	Execução	21	0020153-44.2015.5.04.0373	25.04.2016
Prazos Vencidos	Execução	11	0020213-51.2014.5.0373	26.07.2016

9.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS

Para apontamentos específicos quanto ao andamento/movimentação processual, foram selecionados e analisados os seguintes processos entre os dias 12.08 e 15.08.2016:

1	Processo nº 0020241-19.2014.5.04.0373
Fase: Conhecimento Movimentação Processual: demora no impulso processual – recurso ordinário interposto pelo reclamante em 30.10.2015 (ID 6094024), com despacho de admissibilidade proferida, apenas, em 07.04.2016 (ID 361d305).	
2	Processo nº 0020364-46.2016.5.04.0373
Fase: Conhecimento Movimentação processual: despacho proferido em 22.05.2016 (ID 5731fa2), determinando o aguardo da próxima audiência. Todavia, não é verificada designação de data para audiência no processo. O encerramento da instrução processual foi determinado na última audiência realizada em 03.05.2016 (ID 30eb32c) Processo na pasta de tarefa “Aguardando audiência” desde 23.05.2016.	
3	Processo nº 0020211-47.2015.5.04.0373
Fase: Conhecimento Movimentação processual: demora no impulso processual – vencimento do prazo para contrarrazões ao recurso ordinário do reclamante em 28.06.2016 (IDs 89f8c1e e 1741a48), sem a efetivação da remessa ao Tribunal, conforme determinado no despacho de admissibilidade recursal proferido em 12.06.2016 (ID 35e23d7). Processo na pasta de tarefa “Aguardando ciência da decisão - ConPra” desde 18.06.2016.	



4

Processo nº 0020134-38.2015.5.04.0373

Fase: Liquidação

Movimentação Processual: demora no impulso processual – **1)** vencimento do prazo preclusivo em 04.07.2016 (ID a5df58e) para reclamante apresentar manifestação sobre o cálculo da reclamada, sem impulso posterior realizado por iniciativa do Juízo. **2)** Decisão de liquidação de sentença proferida em 22.02.2016 (ID dc1f5d1), determinando a notificação do reclamante para formulação de cálculos, com cumprimento verificado em 22.03.2016 (ID 73a4989).

Processo na pasta de tarefa “*Prazos vencidos - 0 a 4 – Marli*” desde 05.07.2016.

5

Processo nº 0020416-76.2015.5.04.0373

Fase: Liquidação

Movimentação processual: demora no impulso processual – **1)** vencimento do prazo preclusivo em 11.07.2016 (ID f568af0) para o reclamante apresentar manifestação acerca do cálculo da reclamada, sem impulso processual posterior por iniciativa do juízo, conforme as determinações preestabelecidas na decisão de liquidação proferida em 11.05.2016 (ID d9e0e18) **2)** Recurso ordinário interposto pela reclamada em 10.08.2015 (ID 78aebbe), com despacho de admissibilidade proferido em 15.09.2015 (ID ed6475e).

Processo na pasta de tarefa “*Prazos vencidos - 5 a 9 - Paula*” desde 12.07.2016.

6

Processo nº 0020290-60.2014.5.04.0373

Fase: Liquidação

Movimentação processual: demora no impulso processual – despacho proferido em 13.07.2016 (ID 2b008c9), determinando a notificação da reclamada para apresentar manifestação acerca da impugnação de cálculo do reclamante, sem cumprimento posterior verificado no processo.

Processo na pasta de tarefa “*Análise de Liquidação - NOTIFICAR*” desde 13.07.2016.

7

Processo nº 0020250-78.2014.5.04.0373

Fase: Liquidação

Movimentação processual: demora no impulso processual – transcorrido o prazo para apresentação de cálculos de liquidação pelas 1ª e 2ª reclamadas em 10.05.2016 (ID f5a8fb6), não é verificado impulso processual quanto ao efetivo cumprimento das determinações preestabelecidas na decisão de liquidação proferida em 22.02.2016 (ID ecd36df). O último andamento processual em 20.06.2016 (ID fd8be36) é relativo à exclusão da reclamada, Yachi Comercial Ltda-Me, do polo passivo em razão de acordo homologado em momento anterior.

Processo na pasta de tarefa “*Análise de Liquidação - - PARA APRECIAR*” desde 29.06.2016.

8

Processo nº 0020885-25.2015.5.04.0373

Fase: Execução

Movimentação processual: demora no impulso processual – despacho proferido em 15.06.2016 (ID 3841f7e), determinando o lançamento da conta e bloqueio de valores mediante o convênio Bacenjud, com cumprimento parcial efetivado em 27.07.2016 (ID 088134d) com o lançamento da conta. Ainda não é verificado protocolo referente à tentativa de bloqueio através do Bacenjud.



Processo na pasta de tarefa “Análise de Execução - BACEN JUD (A REALIZAR)” desde 23.06.2016.

9 **Processo nº 0020137-27.2014.5.04.0373**

Fase: Execução

Movimentação processual: demora no impulso processual entre resultado negativo de tentativa de bloqueio de valores mediante o convênio Bacenjud, verificado em 29.04.2016 (ID 521fa6f), e despacho relativo ao prosseguimento da execução, proferido, apenas, em 11.07.2016 (ID 36fcb1b).

10 **Processo nº 0020489-48.2015.5.04.0373**

Fase: Execução

Movimentação processual: demora no impulso processual – após o vencimento do prazo em 25.05.2016 (IDs 5ae955b e 3950e7e) para ciência das reclamadas acerca da petição protocolada pelo reclamante em 28.04.2016 (ID f3bc254) relativa à execução de acordo descumprido, não houve impulso processual por iniciativa do Juízo.
Processo na pasta de tarefa “Aguardando Cumprimento de Providência - Exec - 2016 - Mês 08 (01 a 05)” desde 05.08.2016.

Conforme informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, o trabalho é realizado por tarefas. As caixas são organizadas por mês/semana

Os processos são movimentados regularmente e, na data da inspeção, não foi constatada nenhuma irregularidade significativa em relação aos prazos e andamentos processuais.

É feita uma análise prévia da inicial e há Portaria, na Vara, determinando o desmembramento das ações acidentárias.

Verificou-se uma excelente gestão dos processos que tramitam no meio eletrônico e uma boa organização das caixas criadas no interior de cada tarefa, possibilitando uma boa visualização e entendimento para quem consulta os procedimentos executados nos autos que tramitam eletronicamente na Unidade.

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Conforme consulta ao cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, não houve atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado na Unidade Judiciária.

11 OUVIDORIA

Constam na Ouvidoria deste TRT 05 expedientes relativos à 3ª Vara do Trabalho de Sapiranga durante o período correccionado: 03 no ano de 2015 e 02 neste ano de 2016, abaixo listados:

Ano	Protocolo nº	Processo nº
2015	542/2015	0000513-94.2011.5.04.0373



2015	2661/2015	0020060-18.2014.5.04.0373
2015	5583/2015	0020240-97.2015.5.04.0373
2016	700/2016	0000689-68.2014.5.04.0373
2016	2099/2016	0000357-04.2014.5.04.0373

12 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

Em termos de movimentação processual, a unidade situa-se na faixa de 1.001 a 1.500 processos por ano. O acervo processual da unidade vem aumentando desde o ano de 2014, principalmente nas fases de liquidação e execução. Eram 2.859 processos tramitando em 31.12.2014 e 3.450 processos em 30.06.2016, o que corresponde a um aumento de 20,67%. Sinale-se que o aumento no número de processos em tramitação vem ocorrendo nas varas de porte similar e em todo o TRT da 4ª Região.

No período correccionado, o prazo médio de tramitação do processo entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença apresentou elevação, mas ainda é menor que o prazo médio das unidades similares e do TRT4; também na fase de execução o prazo médio de tramitação avançou nesse período, mas houve recuo dos prazos médios entre o início e o encerramento da liquidação.

Na fase de conhecimento, constata-se que vêm aumentando o número de processos pendentes de solução: eram 677 processos em 2014 e 747 no final de junho de 2016 (crescimento de 10,33%). Esse índice, no ano corrente, foi superior tanto à média das unidades com tramitação processual similar quanto à média de toda a 4ª Região no mesmo período. Na fase de liquidação, o número de processos é pequeno se comparado às demais fases. Quanto à execução, os dados do período correccionado apontam elevação de 25,74% no estoque de processos pendentes na fase, índice bastante superior à média regional no mesmo período.

Relatou o Diretor que a comarca tem, como peculiaridade, a característica de haver várias reclamadas por processo, o que dificulta os trâmites processuais e – particularmente - a execução. Ressaltou, ainda, ter aumentado o número de processos na fase de execução em razão de terem sido desarquivados processos arquivados com dívida para que fossem reunidas as execuções e depois arquivados sem dívida, dando prosseguimento à execução no processo “mãe” ou arquivando apenas esse processo com dívida. Afirmou, ainda, que em um grande número de processos há o pagamento de apenas parte da dívida, por meio de rateio de valores, motivo pelo qual há muitos processos arquivados com dívida.

Quanto aos acordos, houve redução no número de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária em 2015 e no primeiro semestre de 2016, mas, ainda assim, o índice ainda é superior à média das unidades similares e à média regional no período.

Há Portaria do Foro determinando que as ações sejam desmembradas quando versem também sobre matéria acidentária.

Na inspeção se pode verificar as boas instalações da unidade, o bom aproveitamento do espaço físico, a organização dos arquivos e a disposição das mesas.



A unidade apresenta baixa rotatividade de servidores. Há um estagiário e, segundo o Diretor, há demanda para mais um por que ainda há muitos processos físicos tramitando. Disse ser necessário mais servidores no quadro da unidade, considerando férias e licenças e, em breve, a perda de um servidor que assumirá a função de segundo assistente de juiz.

A organização do trabalho na unidade é por tarefa, tanto nos processos físicos quando nos eletrônicos. Todos os servidores atuam no PJe. O diretor elogiou muito a equipe pela capacidade e comprometimento.

Os dados obtidos por meio dos sistemas eletrônicos disponíveis à Vice-Corregedoria revelam bom desempenho da 3ª Vara do Trabalho de Sapiranga, situação que foi confirmada durante a inspeção.

Merece elogios a Unidade pelos resultados alcançados, pelo comprometimento e dedicação dos Juízes em exercício na unidade, do Diretor de Secretaria Wilson Delmar Korzekwa e dos servidores.

13 RECOMENDAÇÕES

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

Reitera-se que tais dados possuem reflexos inclusive nos processos de promoções dos Magistrados.

ITEM 5.1.6 (Meta do CNJ específicas da Justiça do Trabalho - 2015)

Recomenda-se que a Unidade empenhe-se em promover, dentro do possível, a redução do prazo médio na fase de conhecimento, tendo em vista que não alcançada a meta em epígrafe (item 5.1.6, a), que estabeleceu a redução em 1% do prazo médio geral nas Unidades de primeiro grau da 4ª Região.

ITEM 5.2.3 (Meta CNJ 3/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que empreenda esforços para o aumento do número de conciliações nesse ano, de forma a atingir a referida meta, considerando-se que a meta correspondente do ano de 2015 não foi cumprida (item 5.1.6, b).

ITEM 5.2.4 (Meta CNJ 5/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que envide esforços com o intuito de baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos nesta fase processual, uma vez que não observado o cumprimento da meta específica no ano de 2015 (Item 5.1.3) e os dados parciais do corrente ano sinalizam novo descumprimento da meta.



ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)

Recomenda-se que a Unidade Judiciária:

a) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, com brevidade, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC de 1973 e art. 228 do CPC de 2015, em especial, no que concerne a decisões que especifiquem a necessidade do cumprimento imediato, evitando ocorrências como a relatada no processo nº **0000282-62.2014.5.04.0373**, analisado no item 8.1.

ITEM 9.1 (Processo Judicial Eletrônico – PJe)

Observe a Secretaria para as seguintes recomendações:

- a) realize a análise da admissibilidade recursal mediante o despacho pertinente, logo após, a interposição dos recursos pelas partes;
- b) como forma de evitar a ocorrência da situação observada no processo nº 0020364-46.2016.5.04.0373, recomenda-se a realização de verificação periódica na pasta de tarefa “*aguardando audiência*” com a finalidade de identificar possíveis processos que não possuam audiência designada e permaneçam na referida pasta;
- c) transcorrido o prazo para manifestação das partes, realize, com brevidade, o impulso processual por iniciativa do Juízo;
- d) atente para a necessidade da prática dos atos de notificação logo após a publicação dos despachos ou decisões nesse sentido;
- e) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, com a maior brevidade possível, as determinações contidas nos despachos e decisões, em especial, no que concerne ao lançamento da conta atualizada, citação do executado e utilização do convênio Bacenjud;
- f) transcorrido o prazo para manifestação das partes, realize, com a maior brevidade possível, a conclusão para o subsequente impulso processual por iniciativa do Juízo, em especial, nos processos que estão em fase de liquidação de sentença;

14 DETERMINAÇÕES

14.1. SECRETARIA

ITEM 3.5.3 (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)



Determina-se que a Unidade Judiciária efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) **nos processos descritos no item 3.5.3**, com o registro no campo “quitado” na respectiva aba do sistema InFOR. Destaca -se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011.

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Determina-se que a Unidade Judiciária, a fim de sanar as distorções estatísticas verificadas:

- a) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção dos embargos de declaração opostos no processo nº **0000156-12.2014.5.04.0373**;
- b) observe a secretaria a específica solução dada aos incidentes processuais, no PJE, conforme o resultado da apreciação judicial (Acolhidos/Não acolhidos/Acolhidos em parte os Embargos de declaração; Concedida/Não concedida/Concedida em parte a antecipação de tutela (nome da parte));
- c) considerando que não foi registrado no momento oportuno a decisão da antecipação de tutela nos processos listados no item **3.6 e Anexo 01**, para que seja eliminada a pendência desses incidentes, a Unidade deverá observar o seguinte procedimento: acessar o menu Processos>Outras Ações> Retificar Autuação e desmarcar a caixa de seleção “Pedido de Liminar/Antecipação de Tutela”.
- d) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção dos embargos à execução opostos no processo n. **0001057-48.2012.5.04.0373**;
- e) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção dos embargos à arrematação apresentados no processo n. 0000127-93.2013.5.04.0373;
- f) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção da exceção de pré-executividade apresentada pela reclamada no processo n. **0136400-46.1994.5.04.0373**.

ITENS 7.11.1 e 7.11.2 (Advogados e Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 Dias)

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.11.1 e 7.11.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim.

Determina-se que sejam registradas no sistema informatizado as dilações de prazo deferidas.

ITEM 8.2 (Irregularidades nos andamentos no InFOR)



A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em 410 processos parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, pagamento de precatório, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento, suspensos/sobrestados/conclusos ou sendo movimentados pela Secretaria). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados e todos que estejam em situação similar. Para tanto:

a) atualize os registros de processos como os de n. **0101900-46.1997.5.04.0373; 0157500-57.1994.5.04.0373; 0029800-64.1995.5.04.0373**, dentre outros;

b) archive processos como os de nº **0000131-33.2013.5.04.0373, 0083000-10.2000.5.04.0373**, dentre outros;

c) devolva Cartas Precatórias, atualize seus registros ou dê andamento às devolvidas como nas de nº **0000995-37.2014.5.04.0373**, dentre outras;

d) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito em processos como os de nº **0000060-60.2015.5.04.0373, 0000067-52.2015.5.04.0373, 0000064-97.2015.5.04.0373 e 0000070-07.2015.5.04.0373, 0000820-82.2010.5.04.0373; 0000076-14.2015.5.04.0373; 0125400-97.2004.5.04.0373; 0000092-65.2015.5.04.0373**; dentre outros;

e) proceda o apensamento ou dê andamento no processo n. **0001224-31.2013.5.04.0373**, dentre outros;

f) dê andamento a processos recebidos do TRT como o de nº **0001070-76.2014.5.04.0373**, dentre outros;

g) dê andamento de processo suspenso/sobrestado aos processos nº **0045100-85.2003.5.04.0373, 0045200-40.2003.5.04.0373 e 0049800-07.2005.5.04.0373**, dentre outros;

h) atualize os registros de processos como os de nº **0001224-31.2013.5.04.0373, 0000168-60.2013.5.04.0373, 0000758-42.2010.5.04.0373**, dentre outros;

14.2 MAGISTRADOS

ITEM 6.9 (Sentenças com Prazo Excedido)



Determina-se que a Juíza Adriana Freires profira as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias, listados ao final deste relatório, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão.

A magistrada deverá informar a essa Vice-Corregedoria, em dez dias, **caso permaneçam pendências quando do recebimento deste relatório**, qual o prazo necessário para o cumprimento da determinação.

O cumprimento do plano de trabalho enviado será acompanhado pela Secretaria desta Vice-Corregedoria.

ITEM 8.2 2 (Irregularidades nos Andamentos no inFOR)

Determina-se que os **autos provisórios** do processo nº **0000184-14.2013.5.04.0373**, autos restaurados do processo nº 000012-43.2011.5.04.0373, sejam encaminhados ao Juiz Alexandre Schuch Lunardi para que profira sentença em 30 dias, considerando que tanto os autos do processo principal, como os autos restaurados, encontram-se em carga com o Juiz.

15 PRAZO PARA RESPOSTA

O Diretor de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Vice-Corregedoria (exclusivamente pelo e-mail vice_cor@trt4.jus.br) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

A Juíza Adriana Freires deverá atender a determinação constante do item 14.2, observado o prazo nele estipulados.

16 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a Juíza Titular Adriana Freires, com o Diretor de Secretaria Wilson Delmar Korzekwa e os servidores da Unidade Judiciária, o Vice-Corregedor Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Sapiranga, das 11h às 11h30min, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratar de questões referentes às Unidades Judiciárias desse Foro. Ninguém compareceu.

18 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Titular Adriana Freires, pelo Diretor de Secretaria Wilson Delmar Korzekwa e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, os quais prestaram importante colaboração para o bom



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por nós, Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, Assessora e Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pelo Vice-Corregedor Regional.

Marçal Henri Figueiredo
Vice-Corregedor Regional



ANEXO 01

LISTAGEM DE PROCESSOS COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA PENDENTE DE SOLUÇÃO

0020019-80.2016.5.04.0373
0020061-32.2016.5.04.0373
0020063-02.2016.5.04.0373
0020093-37.2016.5.04.0373
0020095-07.2016.5.04.0373
0020102-96.2016.5.04.0373
0020104-66.2016.5.04.0373
0020106-36.2016.5.04.0373
0020114-13.2016.5.04.0373
0020116-80.2016.5.04.0373
0020138-41.2016.5.04.0373
0020139-26.2016.5.04.0373
0020140-11.2016.5.04.0373
0020142-78.2016.5.04.0373
0020177-38.2016.5.04.0373
0020202-51.2016.5.04.0373
0020306-43.2016.5.04.0373
0020355-84.2016.5.04.0373
0020360-09.2016.5.04.0373
0020389-62.2016.5.04.0372
0020436-33.2016.5.04.0373
0020517-16.2015.5.04.0373
0020519-49.2016.5.04.0373
0020534-18.2016.5.04.0373
0020549-84.2016.5.04.0373
0020569-75.2016.5.04.0373
0020576-04.2015.5.04.0373
0020581-89.2016.5.04.0373
0020594-88.2016.5.04.0373
0020608-72.2016.5.04.0373
0020622-56.2016.5.04.0373
0020638-10.2016.5.04.0373
0020650-24.2016.5.04.0373
0020662-72.2015.5.04.0373
0020663-23.2016.5.04.0373
0020671-97.2016.5.04.0373



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0020672-82.2016.5.04.0373
0020683-14.2016.5.04.0373
0020684-96.2016.5.04.0373
0020689-21.2016.5.04.0373
0020690-06.2016.5.04.0373
0020691-88.2016.5.04.0373
0020692-73.2016.5.04.0373
0020693-58.2016.5.04.0373
0020694-43.2016.5.04.0373
0020697-95.2016.5.04.0373
0020699-65.2016.5.04.0373
0020703-05.2016.5.04.0373
0020720-41.2016.5.04.0373
0020724-78.2016.5.04.0373
0020760-23.2016.5.04.0373
0020793-47.2015.5.04.0373
0020970-11.2015.5.04.0373
0020993-54.2015.5.04.0373
0021011-75.2015.5.04.0373
0021012-60.2015.5.04.0373
0021013-45.2015.5.04.0373
0021014-30.2015.5.04.0373
0021064-56.2015.5.04.0373
0021282-84.2015.5.04.0373



ANEXO 02

LISTAGEM DE PROCESSOS COM INCIDENTES PROCESSUAIS PENDENTES HÁ MAIS DE 50 DIAS DA DATA DA CORREIÇÃO (POR MAGISTRADO):

Juíza Titular Adriana Freires – Processos de Cognição (96 processos)

0000833-42.2014.5.04.0373
0000088-28.2015.5.04.0373
0001382-86.2013.5.04.0373
0020690-40.2015.5.04.0373
0020747-58.2015.5.04.0373
0020370-24.2014.5.04.0373
0020015-77.2015.5.04.0373
0020658-35.2015.5.04.0373
0020763-12.2015.5.04.0373
0020333-94.2014.5.04.0373
0020801-24.2015.5.04.0373
0020791-77.2015.5.04.0373
0020680-93.2015.5.04.0373
0020783-03.2015.5.04.0373
0020435-19.2014.5.04.0373
0020673-04.2015.5.04.0373
0020060-87.2015.5.04.0371
0021128-66.2015.5.04.0373
0020837-66.2015.5.04.0373
0020777-93.2015.5.04.0373
0020840-21.2015.5.04.0373
0020862-79.2015.5.04.0373
0020973-63.2015.5.04.0373
0020902-61.2015.5.04.0373
0020845-43.2015.5.04.0373
0020884-40.2015.5.04.0373
0021084-47.2015.5.04.0373
0020933-87.2015.5.04.0371
0020387-26.2015.5.04.0373
0020811-68.2015.5.04.0373
0020892-17.2015.5.04.0373
0020963-19.2015.5.04.0373
0020853-20.2015.5.04.0373
0020556-13.2015.5.04.0373
0020928-59.2015.5.04.0373



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0020922-52.2015.5.04.0373
0020841-06.2015.5.04.0373
0020830-74.2015.5.04.0373
0021123-44.2015.5.04.0373
0020990-02.2015.5.04.0373
0020930-29.2015.5.04.0373
0020093-37.2016.5.04.0373
0020104-66.2016.5.04.0373
0020106-36.2016.5.04.0373
0020140-11.2016.5.04.0373
0020143-63.2016.5.04.0373
0020776-11.2015.5.04.0373
0020242-33.2016.5.04.0373
0020821-15.2015.5.04.0373
0020934-66.2015.5.04.0373
0020430-60.2015.5.04.0373
0020779-63.2015.5.04.0373
0020096-89.2016.5.04.0373
0020105-51.2016.5.04.0373
0020115-95.2016.5.04.0373
0020101-14.2016.5.04.0373
0020018-95.2016.5.04.0373
0020865-34.2015.5.04.0373
0021129-51.2015.5.04.0373
0020949-35.2015.5.04.0373
0020100-29.2016.5.04.0373
0020019-80.2016.5.04.0373
0020063-02.2016.5.04.0373
0020102-96.2016.5.04.0373
0020116-80.2016.5.04.0373
0021040-28.2015.5.04.0373
0020049-18.2016.5.04.0373
0020033-64.2016.5.04.0373
0020453-06.2015.5.04.0373
0020332-75.2015.5.04.0373
0020575-19.2015.5.04.0373
0020775-26.2015.5.04.0373
0021281-02.2015.5.04.0373
0021232-58.2015.5.04.0373
0021103-53.2015.5.04.0373



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0021092-24.2015.5.04.0373
0020375-75.2016.5.04.0373
0021028-14.2015.5.04.0373
0021101-83.2015.5.04.0373
0020844-64.2015.5.04.0371
0020365-31.2016.5.04.0373
0020138-41.2016.5.04.0373
0021162-41.2015.5.04.0373
0021117-37.2015.5.04.0373
0020937-21.2015.5.04.0373
0021246-42.2015.5.04.0373
0021163-26.2015.5.04.0373
0020911-42.2015.5.04.0302
0020142-78.2016.5.04.0373
0020114-13.2016.5.04.0373
0020702-54.2015.5.04.0373
0020139-26.2016.5.04.0373
0020734-59.2015.5.04.0373
0021211-82.2015.5.04.0373
0020278-12.2015.5.04.0373
0020550-06.2015.5.04.0373

Juíza Titular Adriana Freires - Impugnações à sentença de liquidação (01 processo)

0000647-24.2011.5.04.0373

Juíza Titular Adriana Freires - Embargos à execução (05 processos)

0000616-33.2013.5.04.0373
0000890-94.2013.5.04.0373
0000307-12.2013.5.04.0373
0000172-63.2014.5.04.0373
0000647-24.2011.5.04.0373